

## **AS RELAÇÕES ENTRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO APONTAMENTOS PARA A ANÁLISE DO ALCANCE EXPLICATIVO DA ECONOMIA POLÍTICA NO CAPITALISMO MODERNO**

Vera Alves CEPÊDA\*

**Resumo:** Este artigo procura discutir a relação entre economia e política no quadro histórico da social democracia. A hipótese central é analisar se a questão democrática influencia a definição de relações de produção, abrindo a possibilidade de entender o Estado de Bem Estar não apenas como uma forma de organização política, mas principalmente como uma forma de organização econômica do capitalismo moderno.

**Palavras-chave:** Economia; política; democracia; Welfare State; regulação.

### **Introdução**

No estudo da história econômica, é comum verificar que a vertente da economia política está normalmente associada à teoria marxista do século XIX e em seguida à revolução promovida pela teoria keynesiana e neo-keynesiana. Se formos rigorosos com os termos que aparecem associados, será difícil imaginar que, no universo teórico que envolve o capitalismo, haja espaço para uma teoria sobre economia que não seja também tributária de uma concepção política. Ao colocar lado a lado a esfera econômica (mundo privado da produção, da troca e da acumulação) em interação com a esfera política (da regulação e normatização do conjunto das relações sociais - portanto públicas), praticamente todas as grandes correntes da teoria econômica podem ser definidas, no fundo, como derivações da economia política. Um exemplo é Adam Smith que postula uma teoria clara sobre o papel do Estado, só que na perspectiva negativa, onde há um empenho para que este se afaste o máximo possível do mercado. No entanto, na última parte de *A Riqueza das Nações*, Smith afirma que o Estado é *necessário* não como agente econômico direto, mas como um agente encarregado de fazer valer as regras do jogo (garantindo a propriedade privada, impedindo obstáculos regionais ou setoriais que perturbem a produção, gerando normas gerais, e por último, como um *gendarme* em casos de conflito). Em segundo lugar, Smith aponta também o papel do Estado como fundamental para garantir a vida social, tomando-o como aquele ente que pode preservar

\* Mestre em Ciências Políticas pela FFCH/USP. Professor da FCEA - CEP 16015-280 - Araçatuba-SP

os indivíduos de seus excessos e da licenciosidade a que a própria riqueza pode conduzir. Nos dois exemplos, o absenteísmo, normalmente atribuído ao liberalismo econômico, na versão deste autor sofre arranhaduras bastante graves.

A conexão entre economia e política fica mais estreita ainda quando observamos que apenas no mundo capitalista a economia deixou os muros da *oikos*<sup>1</sup> (de onde se originou a palavra economia) e passou a direcionar a vida social em todos os seus segmentos. Weber<sup>2</sup> apontou este fato com clareza ao definir o *ethos* da modernidade como sendo o cálculo racional, a relação custo benefício. Assim, a mesma lógica e os mesmos valores do mercado passaram a reger a individualidade, o conhecimento, as relações familiares, etc. Na realidade ocorre que, afóra os economistas que se debruçaram sobre as questões quantitativas, os modelos econométricos, ou em interpretações muito pontuais sobre a esfera da microeconomia, todos os que se lançaram na aventura de interpretar e formular as leis gerais da acumulação capitalista acabam por ter de recorrer ao peso das instituições sociais para explicar os obstáculos ou as alavancas para a expansão da economia moderna.

### 1. A economia política de Marx e Keynes

No entanto, a economia política, em geral, é percebida ou tratada como uma “rua de mão única”. O procedimento mais comum é procurar entender como as estruturas sociais e políticas são formadas a partir de um estágio das relações de produção e, neste caso, como estas estruturas podem embaraçar ou avançar uma tendência que não nasce delas. Raros os momentos da literatura econômica em que se observou o processo inverso - de como as instituições sociais podem produzir dinâmicas ou modelar de forma significativa o processo produtivo. A determinação da economia sobre a política já aparece em Marx, e mesmo escapando do reducionismo economicista (que tanto estrago fez no campo da esquerda desde o final do século passado), é inegável que o materialismo marxista limita a ação humana aos rígidos quadros das relações de produção. Se a história mudará de etapa será devido primeiramente às condições objetivas (o grau de esgotamento e crise do modo de produção vigente, a existência da sombra já firmemente delineada das forças produtivas da próxima etapa de desenvolvimento e uma situação de tensão paradoxal nos conflitos entre as classes sociais). No entanto o marxismo elabora uma complicada teia de determinações em que as condições materiais são necessárias mas não são suficientes para garantir a passagem a um novo modelo histórico. Marx reconhece aqui o papel dos homens (não como indivíduos singulares, mas enquanto classes sociais, enquanto lugares na produção), mediada pela afirmação de uma consciência de classe que se percebe enquanto portadora do futuro, enquanto agente revolucio-

<sup>1</sup> Universo familiar, lugar da reprodução e da sobrevivência. Este espaço era para a civilização grega estritamente privado e inviolável. Ver definição aprofundada sobre a dimensão privada da economia no mundo antigo em Hanna Arendt, *A Condição Humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

<sup>2</sup> Ver Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Presença, s.d.

nário<sup>3</sup>. Estas são as condições subjetivas, indispensáveis para a condução das grandes transformações históricas, mas que se originam no quadro de amadurecimento das contradições da produção. Marx valoriza a ação revolucionária enquanto uma transformação política dos imperativos econômicos. Não há uma esfera política com sentido próprio, pelo contrário, é instrumental. Há assim uma afirmação da estrutura produtiva como *locus* onde se formam as possibilidades da organização social e política.

O marxismo cria todo um campo de influências, que na luta contra qualquer forma de utopia (incluindo a disputa feroz que travou com as correntes anarquistas) vai reforçando cada vez mais a análise estrutural como o *locus* onde se gesta a origem de toda a dinâmica social<sup>4</sup>. Forma-se um grande consenso intelectual neste século onde o papel da vontade política fica subsumida aos contornos das relações econômicas, e que bebe literalmente da força explicativa do pensamento marxista (embora nem sempre esta filiação - mesmo apenas metodológica - fique explícita). Assim as correntes do estruturalismo econômico adaptarão, a seu modo, a leitura da “determinação da infra-estrutura sobre a superestrutura”, tomando a análise econômica uma ciência e a ação política *strictu sensu* uma ação subjetiva, um voluntarismo, se não estiver rigidamente ancorada numa interpretação do estágio das relações de produção.

Uma segunda corrente que também acaba por priorizar as relações econômicas sobre os processos políticos (embora com argumentos distintos) é o keynesianismo. Seu conteúdo inovador se explica pela definição comumente aceita de que Keynes formulou uma versão diferente sobre a dinâmica de reprodução do capital, partindo da subversão das teses mais queridas pelo liberalismo: os automatismos do mercado e o individualismo positivo. No primeiro caso, temos de lembrar que Keynes formula suas teses após um período de desarranjos brutais na economia capitalista: as crises cíclicas que se arrastavam desde as quatro últimas décadas do século passado e que culminam na Grande Depressão de 1929, e a erupção devastadora das duas Guerras Mundiais. A questão é que durante quase meio século de desajustes havia ficado claro que as promessas do liberalismo não podiam ser cumpridas. Em primeiro lugar, o capitalismo vinha sendo exaltado por duas virtudes - a capacidade de gerar progresso mesmo aleatoriamente às vontades, já que o vício individual (ânsia de lucro/ egoísmo / usura) acabava por elevar a riqueza geral da sociedade<sup>5</sup>; e, em segundo lugar, pela perspectiva civilizadora que estaria embutida no progresso econômico<sup>6</sup>. Nas duas primeiras décadas do século XX estas promessas estariam invalidadas. A origem das crises cíclicas era dada pelo efeito da

<sup>3</sup> A nem sempre compreendida distinção da *classe em si* e da *classe para si*, que aparece no *Dezeto Brumário de Luiz Bonaparte*, in *Obras Escolhidas de Marx e Engels*, São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

<sup>4</sup> E estas influências podem ser positivas ou negativas, podem avançar ou atrasar o movimento de expansão das forças da produção. Curioso notar que a ideia de teleologia apresenta uma história humana sem sujeitos. Ela é uma *força* em movimento, e, embora seja movida e mova os homens, ela é essencialmente não humana.

<sup>5</sup> Tese dos “vícios privados, benefícios públicos”. E Ricardo aprofundou esta vertente quando colocou as nações, no quadro da divisão do comércio internacional, como capazes de realizar a mesma proeza - a tese da “difusão do progresso técnico”.

<sup>6</sup> A chamada *lei do suave comércio*, ou seja, de que as nações que estabelecem relações de troca entre si oferecerão mais resistências a adoção de práticas belicosas que afetariam e mesmo destruiriam as relações comerciais. Levando-se em consideração que o capitalismo surge em conjunto com o reordenamento geo-político da Europa, através de movimentos muitas vezes sangrentos de absorção de anteriores principados pelo emergente Estado-Nação, a questão comercial (fonte originária dessa dinâmica - primeiro mercantilista depois pelos mercados consumidores de produtos industrializados) exige um aumento das regras de civilidade. O imperativo da *pax* não é ético, mas puro interesse comercial.

superprodução - era por dentro da própria expansão da produção industrial que se aninhava o germe dos desequilíbrios. E foi na esteira do crescimento acelerado e difundido nos países de capitalismo avançado que se estabeleceu uma onda de agressões e conflitos que não tinha absolutamente nada de civilizado. As duas grandes guerras apareciam como a ponta do iceberg das disputas de mercado após a 2ª Revolução Industrial. Desse modo o crescimento puro e simples do capitalismo era capaz de solapar a estabilidade das sociedades mais ricas e desenvolvidas exatamente no seu nervo vital: a competição. A tese de Keynes avançava no sentido de retirar das decisões individuais o preciosismo com que o liberalismo a tinha revestido. Pelo contrário, para Keynes a racionalidade individual *é em essência diferente* da racionalidade econômica em geral. O indivíduo pensa em termos de curto (às vezes curtíssimo) prazo e é incapaz de enxergar a dinâmica econômica *para além de seu próprio umbigo*. A prova é que em situações de crise o capitalista toma a pior decisão possível - diminui o ritmo da produção, dispensando empregados, o que aumenta o processo recessivo. Não faz isto por mal ou por deliberação. Faz porque é inerente à própria racionalidade individual (privada), única de que dispõe. Assim, poderíamos agora adaptar a máxima do liberalismo oitocentista para “*vícios privados prejuízos públicos*”. A tese keynesiana afirma que, entregue à própria sorte, o mercado tende a entrar em colapso de tempos em tempos. O único mecanismo capaz de proteger a economia desses desequilíbrios constantes e recorrentes é introduzindo uma racionalidade superior a dos indivíduos - a ação corretiva do Estado. Neste período começa a se reconhecer a importância da questão política como extremamente relevante para a manutenção do ritmo de desenvolvimento (vale lembrar que o Estado é a encarnação do princípio abstrato da esfera pública)<sup>7</sup>.

A segunda subversão acima citada é a afirmação keynesiana de que em situações de crise cabe ao Estado zelar pelo conjunto dos interesses sociais. E como isto seria feito? Atacando o problema central que sustenta a recessão - a insuficiência da demanda. A recessão é caracterizada por uma oferta (produção) muito maior que o consumo (massa dos rendimentos gerais), o que, seguindo a lei da oferta e da procura, faz com que os preços das mercadorias caiam. Como a produção só se realiza de fato na venda, com a queda dos preços finais há redução da margem de lucro do capitalista, que começa a reagir da pior forma possível diminuindo ocupação de mão de obra, portanto reduzindo salários. Com a queda dos salários há uma nova retração da demanda, que faz com que os preços caiam um pouco mais, e assim indefinidamente. Para Keynes o que tira a economia desse círculo vicioso é a recuperação do poder de compra dos trabalhadores. Tanto na teoria keynesiana quanto em seus posteriores desdobramentos persiste a afirmação da relevância econômica do aumento dos salários, quer de forma direta ou de forma indireta, como meio de garantir a expansão do capital através da manutenção do nível de consumo.

<sup>7</sup> O custo era diminuir o poder individual de decisão do capitalista, transferindo para o Estado a tarefa de coordenação dos interesses gerais da sociedade. A base de tal raciocínio é que o interesse geral congrega o interesse de *um homem* e de *todos os homens*, procurando enxergar acima das disputas de mercado.

A forma direta é aquela em que o aumento é acrescentado ao próprio salário recebido pelo trabalhador, e isto pode acontecer de duas maneiras: ou pela pressão do Estado através de dispositivos legais (leis trabalhistas) que obriguem o capitalista a aumentar a remuneração do trabalho, quer acrescentando direitos<sup>8</sup>, diminuindo jornadas, ou incorporando a fatia dos “ganhos de produtividade”; ou sendo ele mesmo (Estado) patrão em épocas de crise (a conhecida propostas das frentes de trabalho: “abrir estradas, construir pontes”, etc.). A forma indireta é quando o Estado toma para si a responsabilidade de garantir parte dos gastos pessoais da sobrevivência da classe trabalhadora. Do conjunto dos gastos de reprodução da força trabalho a fatia da educação, da saúde, da conquista da moradia, são agora assumidos pelo Estado na forma de *direitos sociais*, ou seja, foram metamorfoseados de *necessidades privadas* em responsabilidades públicas. Como o Estado não é uma empresa, a manutenção dos gastos sociais é feita a partir da arrecadação de impostos (fundos públicos), ou seja da taxação de tributos sobre a parte mais produtiva da sociedade - as empresas e as riquezas individuais. Esta lógica pode ser entendida como uma “socialização” parcial da produção, embora todas as demais estruturas do modo de produção capitalista permaneçam intocadas. A intervenção e o contínuo padrão de financiamento do Estado é que fará a passagem para o “Estado gastador” keynesiano, e que expressa uma reviravolta no pensamento econômico - agora o pilar do desenvolvimento é a demanda e não mais a oferta<sup>9</sup>. A figura central é o Estado e não mais o mercado.

Não é todo mundo que percebe a importância dessa inversão realizada pela teoria de Keynes. Quando se fala que o motor do desenvolvimento capitalista é a produção há afirmação de que é na esfera privada que se origina a riqueza e o progresso geral. A ênfase é na figura e no poder discricionário do empresário<sup>10</sup>, que utiliza recursos particulares e programa a produção segundo critérios particulares. E embora na verdade o resultado final da produção seja exógeno ao universo fabril, pois se realiza no mercado (fora do controle do capitalista), a maior parte das decisões de como e quanto produzir são endógenas. Quando a fundamentação do desenvolvimento econômico passa para a demanda, principalmente alavancada pela intervenção corretiva do Estado, há uma transferência dessa dinâmica para o espaço público. Como bem afirmou Althusser<sup>11</sup>, a reprodução da produção no mundo capitalista se realiza, em sua maior parte, fora do espaço fabril. A reprodução da força trabalho (sobrevivência física do operário e de sua família, e que é o principal fator de produção) se dá no mercado, a reprodução do consentimento e da profissionalização do trabalhador são responsabilidade de instituições sociais que, a priori, nada tem a ver como o universo fabril: a família, a escola, a igreja, etc. A própria realização da mercadoria se dá alheia ao espaço produtivo, dependendo de variáveis imponderáveis

<sup>8</sup> Passando ainda pela criação de um sistema de previdência que garantisse o consumo até dos setores impedidos de trabalhar - doentes, aposentados, desempregados. Corresponde ao aumento da capacidade de consumo global da sociedade, capaz de manter a pleno vapor o processo de produção.

<sup>9</sup> Para Say, e sua famosa lei, na produção capitalista “a oferta gera sua própria demanda”, ou seja, a produção é que geraria o consumo.

<sup>10</sup> Este é o princípio do liberalismo econômico, posteriormente reafirmado em novas bases por Schumpeter na tese do “empresário inovador”.

<sup>11</sup> Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*.

como propensão ao consumo, incentivos ou retrações acidentais, etc. Também a ciência pura e a tecnologia são produzidas em sua esmagadora maioria nas universidades e centros de pesquisas, alheias ao controle imediato do capitalista. E por último, quando se reconhece que é no consumo que está o segredo da estabilidade do capitalismo, escapa-se da sombra da dimensão das decisões privadas (que exigiam um estado ausenteísta) para a luz dos imperativos públicos.

O resultado é que depois da reviravolta keynesiana a questão do desenvolvimento econômico deixou os gabinetes fabris e converteu-se no mais importante tópico da agenda política dos países industrializados.

## 2. Desenvolvimento e Política

Na análise das correntes do pensamento econômico, Marx e Keynes foram os dois autores mais diretamente responsáveis pela politização da economia. No entanto nenhum deles abandonou o campo da determinação da produção sobre as instituições sociais. O único momento em que se postula a importância da estrutura política como determinante do comportamento econômico, importante marco na constituição do capitalismo deste século nasceu da prática real, dos acertos e desacertos das relações entre os homens: é pragmática e não teórica. Falo da análise do *Welfare State*, ou da economia da social-democracia. De forma prática ela nunca foi teorizada enquanto uma vertente econômica, sendo normalmente objeto de estudo da ciência política. No entanto, alguns autores recentes passaram a entendê-la como um arranjo institucional que extrapolou os limites políticos e se converteu numa variante da forma de produção capitalista: sendo assim um modelo econômico. Os autores a que me refiro são o polonês Adam Przeworsky, os franceses P. Rosanvallon e Alain Lipietz, e o brasileiro Francisco de Oliveira<sup>12</sup>. A novidade desta abordagem é interpretar como as regras e a regulação do Estado interferem na economia originando uma nova forma de acumulação. Há quatro argumentos importantes: o primeiro deles é sobre a coordenação e a limitação da competitividade capitalista; o segundo é a manutenção da renda em níveis compatíveis com o estoque de mercadorias produzidas; a terceira é a indução ao aumento dos aportes tecnológicos; e, por último, a expansão do setor de serviços.

Desde a II Guerra Mundial e a Grande Depressão havia ficado claro que sem planejamento a economia tenderia aos desequilíbrios descritos por Marx e depois por Kondratieff. E era inevitável. O aumento da produção acarretava um maior estoque de mercadorias e uma baixa de preços. A manutenção do lucro é feita pela economia dos recursos alocados na produção, com prejuízo direto para o fator trabalho. Com a intervenção do Estado elimina-se o risco de depressão, já que

<sup>12</sup> Os textos referência desta análise são: *Capitalismo e Social-Democracia*, e *Estado e Economia no Capitalismo*, de Adam Przeworsky; *A Crise do Estado Providência*, de Pierre Rosanvallon; *Audácia*, de Alain Lipietz, e *Os Direitos do Antivalor*, de Francisco de Oliveira. Há ainda outros autores, mas os que aqui cito são a base conceitual deste artigo.

o governo reaquece o mercado pela implementação de frentes de trabalho. Munidos dessa segurança os empresários tem mais tempo para planejar suas estratégias de diminuição dos custos da produção. Ao invés de se cortar diretamente nos salários, é possível agora ( e muitas vezes a partir de subsídios fornecidos pelo Estado) procurar alternativas tecnológicas para superar os prejuízos. O capitalista tem controlado seu desejo de “engolir seus concorrentes”, principal resultado da recessão ( quebra das pequenas empresas e rearticulação das maiores, ou seja, seguindo a linha crescente da formação dos oligopólios), mas em compensação podem exercer a racionalidade administrativa, garantida pela estabilidade econômica.

O segundo argumento é o da manutenção da demanda em níveis compatíveis com a produção (já analisado anteriormente). Neste item faltaria ainda entender como a manutenção da renda pode auxiliar a expansão do capital, já que se apresenta inicialmente como uma “socialização forçada”: os ganhos do trabalho são conquistados via intervenção e coerção do Estado penalizando o capital - a facada da tributação. Este é um dos pontos mais vulneráveis da economia social-democrata, principalmente se lembrarmos que as demandas da população crescem tanto na forma vegetativa (que no caso dos países europeus não chega a ser um fator de desequilíbrio) mas também na diversificação e sofisticação das formas de consumo (e isto é um problema para países onde o nível de escolaridade e cultural é elevado). Como então a diminuição de acumulação realizada pela taxa de impostos pode levar ao crescimento econômico? Pelo aumento da mais valia relativa e não mais da mais valia absoluta. Como o capitalista pensa em termos de lucro, ao ver que no conjunto total da sua produção houve diminuição de seus ganhos, ele é obrigado a diminuir os custos de produção *sem mexer nos ganhos salariais* (mais valia absoluta). Para fazer esse malabarismo tem de inovar em termos tecnológicos com dois resultados inesperados: investe em novos setores, aquecendo outros segmentos da economia (expansão em ondas), e ao incorporar novas técnicas aumenta o ritmo da produção com baixa de custo (mais valia relativa). O resultado é que há, de forma global, uma aceleração da atividade econômica baseada no aumento da produtividade. A inovação tecnológica é uma resposta do capitalista à rigidez institucional dos salários<sup>13</sup>. Por isso as políticas de proteção da renda popular são, nos países de capitalismo avançado, recursos que não só mantêm estável o mercado, como também aceleram a corrida pelo aprimoramento técnico.

Por último, a economia do Estado do Bem Estar acaba fomentando dois novos segmentos na expansão da cadeia produtiva. Um é a área de P&D, com destaque para a pesquisa pura e aplicada. Outro segmento são as áreas de saúde, a formação profissional, cultura, assistência social, lazer, etc. No caso da pesquisa, poucos de nós se dá conta de quanto custa e quanto tempo leva para que se produza um inovação técnica de grande alcance. Exemplo: o *Xenical*, nome comer-

<sup>13</sup> O mesmo raciocínio é desenvolvido no Brasil por Celso Furtado, autor extremamente influenciado pela democracia econômica do *Welfare State*. Para Furtado a existência de abundância de mão de obra é um dos fatores que reforça o atraso tecnológico do país. Sem pressões geradas pela alta salarial o capitalista se acomoda ao lucro fácil. Na fase de abertura à concorrência internacional nossos produtos são facilmente desbancados pelas mercadorias mais baratas, quer pela automação quer pela economia de escala.

cial da droga que inibe a absorção de gordura pelo organismo humano, é o resultado de mais de 25 anos de pesquisa nos laboratórios da Roche. Quantos profissionais estiveram envolvidos? Quantos aparelhos e/ou insumos tiveram de ser inventados para a produção e testes? E a teoria, será que saiu dali ou foi produzida primeiro numa instituição de pesquisa universitária na forma de ciência pura? Outros exemplos são as fibras óticas ou os supercondutores. Para nós, que vamos ao mercado e compramos os produtos onde essa técnica está aplicada esta longa, lenta e caríssima cadeia de eventos é invisível. Cada um de seus segmentos representa uma estrutura econômica com lucros e salários, portanto significando aumento do tamanho do mercado. O mesmo raciocínio se coloca se pensarmos em quantos postos de emprego a saúde, a educação, a cultura produz. Todos gerando novos impulsos produtivos, lucros, salários, mercado. A manutenção da renda e dos direitos sociais nos países social-democratas embora diminua o ritmo da acumulação permite manter constante o ritmo da reprodução ampliada do capital.

### 3. O papel da Democracia

Não vou entrar neste artigo, nas questões mais puramente políticas. Vou apenas me deter na análise da democracia como mecanismo de “domesticação do capital” e de controle das relações de produção. Os dois autores mais importantes para a organização da estrutura capitalista dos anos 30 para cá ( e que neste momento sofre um bombardeamento contínuo pela ascensão do neoliberalismo) são, como já anteriormente citado, Marx e Keynes. Do primeiro a social democracia herdou a percepção da luta de classes como inerente ao capitalismo. De Keynes podemos recortar a tese da irracionalidade do capital e das crises cíclicas. A soma destes conceitos apresenta o capitalismo como uma estrutura sócio-econômica extremamente vulnerável. Pode desmoronar pelo agravamento dos conflitos e desaparecer numa convulsão revolucionária - argumento marxista. Pode não conseguir sair da próxima crise recessiva, grave a tal ponto que desarticule o sistema como um todo - argumento keynesiano. Curiosamente, embora estejamos falando de autores que se colocam em campos ideológicos distintos, a combinação das falhas nevrálgicas recairão num ponto comum, a questão do conflito entre as classes e o grau de exploração exercida pelo capital sobre os trabalhadores.

Na raiz do modelo social democrata estão os movimentos operários que em circunstâncias especiais (escassez de mão de obra e limitado alcance tecnológico<sup>14</sup>) foram capazes de exercer pressão suficiente para conquistarem, através dos direitos políticos, vitórias econômicas significativas. Sem a mobilização dos trabalhadores e sem as lutas operárias que marcaram a Europa a partir do final do século XIX, com certeza as negociações que garantiriam ao trabalhador um maior

<sup>14</sup> Condições que não estão presentes nos países subdesenvolvidos como o Brasil, tanto no momento inicial da aceleração dos antagonismos de classes quanto na atualidade. O Brasil possui exército industrial de reserva e importou um modelo de desenvolvimento com tecnologia poupadora de mão de obra. Estes dois pontos são de fundamental importância para entender a rigidez da barganha entre as classes sociais.



acesso à renda e, que por ironia, salvariam o capitalista das crises de superprodução, não aconteceriam. Foi na arena dos antagonismos entre as classes que a metamorfose mais importante, do fenômeno econômico em fenômeno político, se deu. As tensões entre capital e trabalho eram entendidas até então como pertencentes à esfera privada, ao mundo da produção. Dado o alto grau de antagonismo e da tendência revolucionária que apresentava, colocando em risco a própria estrutura social como um todo, este conflito foi filtrado pela adoção de limites à ação predatória do capital, e fiscalizadas pelo Estado. Se converteram de questões privadas em direitos públicos. Há aqui uma sobreposição e síntese de dimensões: no espaço em que se realiza a produção estamos nos referindo ao trabalhador enquanto indivíduo privado, mas na esfera dos direitos - que regem todas as relações de trabalho - estamos falando do cidadão, do *civitas*. Ora, agora, enquanto cidadão, cada trabalhador pode então interferir no mundo da produção, quer seja para ampliar direitos quer seja para garanti-los. Nos países onde a luta de classes cedeu ao “reformismo”, a conversão das reivindicações em direitos sociais sedimentou a prática democrática. Na alternativa social democrata há possibilidades para a classe operária de alcançar ganhos sem chegar ao limite de questionar seus pressupostos básicos como o direito de propriedade, mas também sem sustos e violências.

Do outro lado, na vertente keynesiana, torna-se explícito porque, naquele momento da história, os capitalistas aceitaram perder parte de seu poder discricionário, ao mesmo tempo que sofriam também perdas monetárias. A ameaça da recessão repetida e o temor da radicalização dos movimentos operários, fez com que os empresários “cedessem os anéis para não perderem os dedos”. Este foi, talvez, o motivo original. Mas conforme a dinâmica econômica se sustinha, e que ficavam visíveis as vantagens das políticas sociais - população mais saudável, mais treinada e mais apta para o consumo - , ao mesmo tempo em que a competição tecnológica impunha investimentos gigantescos, nem sempre possíveis de serem bancados pelo empresário sem o subsídio do Estado.

Nos termos do problema enfrentado pela social-democracia europeia a participação política dos partidos operários garantiam o processo de distribuição de ganhos permitindo manter o sistema funcionando fora dos riscos das crises cíclicas de superprodução - o aumento do bem-estar dos trabalhadores era um obstáculo ao binômio superprodução/recessão e uma válvula de escape aos problemas de compressão social capazes de engendrar respostas políticas mais radicais e disjuntivas. Por outro lado, o Estado aparecia de fato como capaz de subsidiar o capital em pontos importantes de sua expansão. Nos dois casos caímos num mesmo problema: o Estado é uma instituição pública. Da teoria política retemos a definição de que é simultaneamente composto de um aparelho de Estado (permanente e funcional) e do governo (transitório, eletivo). Ora, o Estado de quem falamos é vontade política, programa de ação, portanto *governo*, e como tal tem que chegar ao controle do aparelho de Estado munido de legitimidade suficiente para fazer valer os seus

projetos. Por legitimidade entendemos aceitação da autoridade do governo, e que só pode ser obtida<sup>15</sup> a partir do consenso social. Isto significa que a maioria dos segmentos sociais reconhece como válido o projeto do governo, e este fenômeno só se dá, como diria Schumpeter, na realização da maioria dos desejos da sociedade (já que as decisões e as escolhas políticas dos países ocidentais se organiza através do *mercado político*). É este raciocínio que permite a manutenção da barganha constante entre trabalhadores e empresários: os capitalistas querem o apoio do governo para seus projetos; o governos só pode realizá-los de fato se tiver legitimidade suficiente para fazer valer sua autoridade; e como a legitimidade só se consegue nas urnas, para chegar à direção do aparelho de Estado os grupos tem que colocar em seus programas itens que interessem aos trabalhadores (que são maioria numérica da população). Como uma correia de transmissão se estabelece um diálogo político entre trabalhadores e capitalistas, mediado pelo Estado (na fase eleitoral pelos grupos que procuram ser governo, e depois de eleitos na manutenção da legitimidade conseguida).

#### 4. A crise da social democracia neste final de século

O principal argumento para explicar o esgotamento do modelo social-democrata é a queda de competitividade na produção oriunda desses países frente as mercadorias produzidas em nações com menor custo de produção, como a China. Neste aspecto, vale lembrar que a ascensão das teorias neoliberais acontecem como uma nova resposta dos capitalistas ao problema da acumulação e expansão do capitalismo industrial (e talvez conviria adicionar o problema da sobrevivência desse sistema). Assim, se Keynes estava correto em avaliar a “estreiteza de visão” dos agentes privados da produção, talvez não fosse bom negócio, em termos gerais, admitir como válidos e fundamentais os seus apelos. Um raciocínio que pode colocar mais às claras este processo é o seguinte: parte significativa do aumento da competitividade internacional se deve à entrada no mercado de produtos gerados com mais valia absoluta (o salário médio do trabalhador chinês é de apenas 45 dólares). Obviamente o custo por unidade produzida é irrisório e acaba por solapar o espaço ocupado pelas mercadorias produzidas nos países de maior custo da força trabalho. Em segundo lugar, podemos afirmar que a abertura mundial possibilitou às economias emergentes o benefício de produzirem em larga escala - não apenas para seu mercado doméstico, mas para um mundo globalizado. Afirmção: a economia dos países emergentes destruirá o modelo social democrata (ou o pacto entre capital e trabalho). Certo, já que na luta pela sobrevivência e agora dotado de mobilidade transnacional, o capital não vai querer arcar com o custo social da estabilidade. Certo? Errado. Esta assertiva só vale se o problema fundamental do desequilíbrio entre

---

<sup>15</sup> Excluiu-se aqui, de forma deliberada a alternativa autoritária. Isto se deve à forte convicção de que autoritarismo é incompatível com estabilidade, e que o invés de reduzir os conflitos inatos ao sistema (pelo adestramento coercitivo), os leva ao máximo de agravamento. Nota importante: mesmo assim é utilizado em muitos momentos da história do capitalismo (como no caso da modernização conservadora ocorrida nos países subdesenvolvidos). Mas isto é tema para outro artigo.

oferta e demanda (causa da recessão) puder ser eliminado. Mas como isso seria possível se a sustentação do baixo custo é o retorno à velha prática de exploração salarial? Em alguns anos não estaremos às voltas com os mesmos conflitos que marcaram a economia capitalista de cem anos atrás? Resultando não só em instabilidade política mas, principalmente, em crises recessivas?

Outro ponto importante é que a teoria política prova que o aumento da industrialização de países periféricos acaba por gerar tensões sociais pela distribuição dos ganhos de produtividade e por maior participação política (já que normalmente essas sociedades são caracterizadas por formas institucionais arcaicas e autoritárias). Neste caso, em breve o capitalismo desses países passará pelo conflito social e pela necessidade de geração de algum compromisso. O grande problema é saber se depois de décadas de exclusão e miserabilização das massas trabalhadoras essa alternativa será possível.

### Conclusão

A experiência do Estado do Bem Estar, que encarna grande parte de todas as contribuições mais avançadas no arranjo sócio-político da expansão capitalista do século XX, parece estar indo para a “lata do lixo da história”. Este artigo procurou assinalar uma discussão urgente no debate econômico: se o neoliberalismo é um modelo econômico, devemos entender a social democracia também nestes termos, e comparar os dois modelos enquanto alternativas que não se limitam ou apenas à discussão política ou econômica. Estas relações são indissociáveis, com determinações recíprocas. Na forma como está posta a questão da sobrevivência das formas capitalistas, a social democracia começa perdendo terreno por não ser entendida enquanto uma forma de acumulação capitalista, além de seus contornos institucionais. Se entendida neste contexto a experiência democrática reflete um ordenamento em que questões como o papel da distribuição de renda, da racionalização pública da produção (escapando do estreito horizonte quantitativo do cálculo administrativo), e do próprio destino do conjunto societário aparecem como coadjuvantes na expansão da riqueza e no aumento do controle sobre as forças produtivas. Ao reduzir seu alcance apenas para a dimensão política (imaterial, institucional, alheia ao universo da produção) ela já começa o debate derrotada.

CEPÊDA, Vera Alves. The Relationships between democracy and development - interpretations for the analysis of the explicative reach of political economics in modern capitalism. *Economia & Pesquisa*, Araçatuba, v.1, n.1, p. 27-38, mar. 1999.

**Abstract:** This article deals with the relation between economy and politics in history

of social democracy. The central hypothesis is to analyze the democratic issue shapes production relations making it possible to understand the Welfare State, not only as model of political organization, but mainly as model of economics organization.

**Keywords:** Economy; politics; democracy; Welfare State; regularization.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. São Paulo: Cultrix, s./d.
- BORON, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BOVERO, Michelangelo. Liberalismo, Socialismo, Democracia. **Revista da USP - Dossiê Liberalismo/ Neoliberalismo**, São Paulo, n.17, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, s.d.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- HUNTINGTON, Samuel P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LIPIETZ, Alain. **Audácia: uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991.
- MINSKY, Hyman. **Las razones de Keynes**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- MYRDAL, Gunnar. **O estado do futuro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia política da social-democracia **Revista da USP**, São Paulo, n.17, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PREBISCH, Raul. **Keynes : uma introdução**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- ROSANVALLON, Pierre. **A crise do estado providência**. Lisboa: Editorial Inquérito, s/d.